

Tribunal de Justiça do Rio começa a se adaptar ao processo virtual



Pouco mais de seis meses após a implantação do processo eletrônico nas oito Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadores e servidores estão saindo da fase inicial de desespero, quando imaginam que nada vai dar certo, e entrando na de acomodação, momento em que já vislumbram uma luz no fim do túnel. E que luz! Os benefícios que os julgadores vão encontrar pela frente, provavelmente, vão fazer com que não queiram mais saber do sistema tradicional.

O presidente do TJ fluminense, desembargador **Manoel Alberto Rebelo dos Santos**, afirmou, em entrevista para o [Anuário da Justiça Rio de Janeiro 2011](#), que não tem dúvida de que dificuldades com o processo virtual serão rapidamente superadas. "Os desembargadores terão assistência e logo vão perceber a importância do processo informatizado, que torna mais rápido o julgamento. Em última análise, perceberão como

facilita o seu próprio trabalho."

A expansão do processo eletrônico para o restante do tribunal será feita aos poucos. Uma sensação natural de ansiedade e preocupação já chega aos desembargadores da área cível, que só devem estreitar o novo sistema em 2012. "Nós implantaremos o sistema aos poucos, para aprender com os erros e fazer as correções", disse Manoel Alberto. Ele conta que a implantação do processo eletrônico nas Câmaras Criminais foi muito rápida e isso, como toda novidade, acarretou alguns problemas. Para que sejam resolvidos, o melhor é trabalhar com mudanças em grupos menores. Esse é o motivo pelo qual expansão do processo virtual para 20 Câmaras Cíveis terá de esperar um pouco mais. A ideia, segundo o desembargador, é até 2015 expandir o sistema para todo o estado.

Presidente da Comissão nomeada pelo Tribunal de Justiça para tratar da virtualização nas Câmaras Cíveis, o desembargador **Antonio Cesar Siqueira** afirma que a expectativa dos desembargadores é a melhor possível. Mas é preciso cuidado redobrado com a implantação do sistema em um universo maior de órgãos julgadores. "Depois que se informatiza, é preciso ter uma rotina que esteja prevista. Não tem como, em uma sessão de julgamento, de repente, voltar a usar o papel. Se o processo é virtual, assim tem de continuar até o final", diz Siqueira, que também preside a Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o **Anuário**, que será [lançado](#) no dia 16 de agosto no Tribunal de Justiça, os desembargadores, juízes e assessores trabalharão com duas telas, uma para ler e outra para escrever, e um sistema que transforma o computador em um escritório. Nele, é possível, por exemplo, um assessor fazer uma minuta de voto e encaminhar ao juiz através do computador. O juiz, por sua vez, avalia o que lhe foi encaminhado e pode devolver ao assessor com observações ou acrescentar recados, tudo eletronicamente, pelo sistema interno do TJ. Os sistemas de primeiro e segundo grau são diferentes, mas se comunicam entre si.

O TJ já contabiliza avanços com o processo eletrônico instalado em algumas varas. O mais visível deles



é em relação ao tempo de tramitação dos processos físicos e virtuais. Nas sete Varas Cíveis de São Gonçalo, por exemplo, o tempo médio de tramitação de um processo é dois anos e oito meses. Na Vara virtual, na mesma comarca, o tempo cai para oito meses. Em Nilópolis, o Juizado Especial Cível leva em média 235 dias para proferir sentença, já no Juizado virtual esse tempo despenca para apenas 54 dias. Em Nova Iguaçu, são 354 dias nos Juizados comuns; 50, no virtual.

O [Anuário da Justiça Rio 2011](#) traz, ainda, um histórico da virtualização no estado. Segundo o juiz **Fabio Porto**, que tem coordenado a implantação de novas tecnologias no TJ fluminense, conta que, em 2009, o Tribunal começou a adotar o mecanismo para dar conta de processos criminais de grande repercussão em trâmite na Central de Assessoramento Criminal (CAC). Nesse tipo de processo, a dificuldade era com a quantidade de réus. Às vezes, contava com mais de 40 pessoas processadas, advogados diferentes, cada um com prazo para retirar o processo e ter vista dos autos. Digitalizando esses processos, conta o juiz, o meio de acesso mudou, facilitando a tramitação dos mesmos. No mesmo ano, foi instalada uma Vara Cível eletrônica em São Gonçalo.

Nesse meio tempo, o TJ do Rio constatou que é praticamente impossível digitalizar todos os processos em andamento. Ou se começa do zero, com a implantação de uma serventia que já se inicie com processos eletrônicos, ou se trabalha com as duas formas simultaneamente. Em 2010, o Tribunal resolveu experimentar o modelo misto, com processo em papel e eletrônico.

O TJ se deparou com um dilema. Como o processo eletrônico tem um trâmite muito mais rápido, o processo novo será julgado antes do antigo. E não porque o juiz queira que assim seja, mas pelo próprio procedimento. Para Fabio Porto, é complicado gerenciar essa diferença, já que, em regra, quem chegou primeiro, tem seu processo julgado antes do que quem deu entrada com a ação depois. A busca por uma solução continua, já que o processo físico vai ser realidade por bom tempo.

Também se observou que era preciso reformular a estrutura antes pensada na montanha de papéis e em todos os procedimentos burocráticos e manuais que ela demandava. Em 2011, entrou em teste o cartório unificado de Niterói, que centraliza as serventias. Não se vislumbra mais, conta o juiz, a necessidade de cada serventia ter um cartório. O projeto piloto ainda está sendo avaliado. Apresentou problemas de implantação e, agora, estes estão sendo equalizados.

A mudança, embora seja empolgante, também causa certos problemas. Primeiro no próprio sistema. Mesmo com os testes que são feitos antes da implantação do processo eletrônico, há certas dificuldades que só serão identificadas quando o usuário, servidor ou desembargador, começar a lidar com ele. É natural. Como compara o juiz, é possível associar esse *modus operandi* com o Windows, que, depois de instalado, precisa de atualizações para que rode cada vez mais com eficiência. Atualmente, há 21 mil processos eletrônicos em trâmite na Justiça do Rio.

Date Created

10/08/2011